



# Anais da Assembléia

Nº 206

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE NOVENBRO DE 1997

ANO XXIII

## Mesa Diretora

LUIZ CARLOS ZUK 1º Vice-Presidente - PDT	ANIBAL KHURY Presidente - PTB	LUIZ CLAUDIO ROMANELLI 3º Vice-Presidente - PMDB
LUIZ CARLOS MARTINS 1º Secretário - PDT	NEIVO BERALDIN 2º Vice-Presidente - PPB	ANTONIO ANNIBELLI 3º Secretário - PSDB
IRONDI PUGLIESI 4º Secretária - PPB	NELSON GARCIA 2º Secretário - PFL	ANGELO VANHONI 5º Secretário - PT
	ABIB MIGUEL Diretor Geral	

## Lideranças

Governo .....	Deputado Valdir Rossini
PFL .....	Deputado Plauto Miró
PTB .....	Deputado Ademar Traiano
PMDB .....	Deputado Orlando Pessuti
PPB .....	Deputado Augustinho Zucchi
PT .....	Deputado Péricles H. de Mello
PDT .....	Deputado Edgar Bueno
PL .....	Deputado Horácio Rodrigues
PSN .....	Deputado Emerson Nerone
PSDB .....	

## Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Bastião Zarusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Caratúrio - Hidekazu Takayama - Jílho Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossini; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Calvo Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adair - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Delfio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 128ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 24 DE NOVENBRO DE 1997  
(SEGUNDA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Nervo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Angelo Vanhoni, Ademir Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kiese, Duffio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Morácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Tecchy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinho Alves, Milton Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmia da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 2873**

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência na Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 642/97.

Sala das Sessões, em 24.11.97

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 2870**

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Eloy da Cunha Costa, ocorrido dia 11 de novembro/97.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24.11.97

(a) ANTONIO ANNIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Com a idade de 84 anos faleceu o Doutor Eloy da Cunha Costa, que deixou viúva Dona Milena Maria, 6 filhos, 13 netos e 4 bisnetos.

Era Advogado.

Foi Secretário de Governo; Chefe da Casa Civil; Chefe do Cerimonial do Governo Bento Munhoz da Rocha Neto; Procurador Fiscal do Tribunal de Contas; vice-Presidente do Instituto de Matemática do Rio de Janeiro; foi Professor de Inglês, Francês e Português; fundador da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Paraná; Pró-Reitor de Administração da Universidade Federal do Paraná; Professor Catedrático de Geografia e Economia também da Universidade Federal do Paraná.

O Doutor Eloy também criou a Escola Superior de

Guerra.

O passamento do Dr. Eloy da Cunha Costa abriu enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre eles, este Parlamentar.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Eloy.

Será grande o céu e a paz sobre Eloy da Cunha Costa, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprendeu Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoe a família do Dr. Eloy para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Eloy sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que deu participar.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família da Cunha Costa endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus pace que a todos conforte.

**REQUERIMENTO Nº 2874**

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de voto de pesar à família do Senhor Odécio Coelho, falecido no último dia 23 de novembro, no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 24.11.97

(a) EDNO GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 2875**

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de voto de pesar à família do Senhor Waldomiro Teodoro Ferreira, falecido no último dia 22 de novembro, no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 24.11.97

(a) EDNO GUIMARÃES

**Projetos de Lei:**

**PROJETO DE LEI Nº 662/97**

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - Concede Título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná para a Senhora Anice Jamil Abouhossam Messmar.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.97

(a) NERVO BERALDIN

**PROJETO DE LEI Nº 663/97**

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a orientar a implantação de Distritos Industriais Ecológicos visando incentivar a localização de empresas limpas nos municípios ecológicos, priorizados e beneficiados pela Lei 539/91.

Curitiba, segunda, em 24.11.97

de 01.10.91, objetivando a agregação de valor, a valorização dos produtos, e o desenvolvimento sócio-econômico de sua gente e região.

**Parágrafo Único** - As empresas implantadas, tendo em vista os Distritos Industriais Ecológicos abrangidos por esta lei definidos, terão os seguintes benefícios:

a) seu enquadramento automático no percentual do ICMS incremental enquadrável na hipótese de setores integrantes de Cadeias Produtivas Prioritárias ao Estado, oriundo da regulamentação da Lei nº 9.895, de 08 de janeiro de 1992.

b) poderão proceder mensalmente, pelo período máximo de 10 (dez) anos, a apropriação do ICMS no percentual de 5% do ICMS a recolher, como subsídio integral e efetivo, cumulativamente aos benefícios oriundos da Lei nº 9.895, de 08 de janeiro de 1992.

c) visando incentivar a migração de indústrias limpas já existentes no Paraná, para estes municípios especiais, a existência poderá ser concedida a possibilidade de apropriação do ICMS pago referente aos gastos da edificação das obras civis necessárias, como subsídio integral e efetivo, semelhante e cumulativamente ao incentivo previsto para aquisição de equipamentos oriundos da Lei nº 9.895, de 08 de janeiro de 1992.

**Art. 2º** - Os Distritos Industriais Ecológicos deverão ser propostos ao IAP - Instituto Ambiental do Paraná através da apresentação de processo que cumpram, no mínimo, com as seguintes condições:

- identificação da infra-estrutura disponíveis para implantação do Distrito Industrial Ecológico e dos tipos de empresas e produtos a serem incentivados;

- delimitação da área ou áreas a serem ocupadas pelas empresas limpas passíveis de implantação no Distrito Industrial Ecológico;

- além de atas ou Leis que comprovem a decisão do Executivo e Legislativo de cada Município Ecológico, assumindo o compromisso de apoio ao Distrito Industrial Ecológico;

- ata da respectiva Associação dos Municípios apoiando a iniciativa do/dos Distritos Industriais Ecológicos a serem criados em sua área de supervisão.

**Art. 3º** - Caberá ao IAP - Instituto Ambiental do Paraná a definição e qualificação das referidas Indústrias Limpas, levando em conta as especificidades de cada município acima identificado. Podendo inclusive cadastrar as empresas limpas paranaenses.

**Parágrafo Único** - O Decreto do Executivo que regulará cada Proposta de implantação de um Distrito Industrial Ecológico definirá:

- delimitação da área ou áreas autorizadas a serem ocupadas pelas empresas limpas passíveis de implantação no Distrito Industrial Ecológico, tipos de empresas, produtos e processos permitidos;

- os órgãos de sua esfera e respectivos técnicos a serem envolvidos no assessoramento e implantação do Distrito Industrial Ecológico;

- e, inclusive, definição e disponibilização de recursos orçamentários visando dar suporte as definições do referido Distrito Industrial Ecológico, principalmente quando o Distrito a ser desenvolvido localizar-se em municípios que detenham menos de 0,5% de participação no retorno do ICMS.

**Art. 4º** - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo máximo de até 90 (noventa) dias.

**Art. 5º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.97

(a) NEIVO BERALDIN

#### JUSTIFICATIVA:

Nossas matas e nossa água devem receber a proteção mais adequada possível pois nossa sobrevivência está atrelada à forma como as respeitamos hoje.

Porém as restrições que fazemos para que uma empresa possa instalar-se nos municípios ecológicos, por esta

proposta de lei definidos é enorme, o que acarreta para este município dois ônus.

O primeiro que é o de proteger nossas matas e nossas águas e o segundo é o de sofrer restrições ao seu desenvolvimento.

É importante frisar que não fazemos restrições à localização de empresas limpas pois, pela lógica, são benquistas onde quer que se instalem.

Não podendo pois fazer restrições, existe a necessidade de proceder uma orientação, um incentivo, mesmo que temporário como esta lei sugere, para que a empresa saiba onde pode ser mais útil, ou seja cumprir seu objetivo social, pois proporcionará mais emprego e renda em municípios onde o desenvolvimento econômico ecossustentado deve ser a dinâmica de sempre.

Que esta proposta possa auxiliar os municípios que tanto vem cumprindo com o papel de garantir a Qualidade de Vida do nosso Paraná, compatibilizando o desenvolvimento econômico com a ecologia, necessidade tão comentada e menos executada neste mundo.

Não bastam as regras que temos para proteção do meio ambiente, temos que desenvolver mecanismos que façam, com que estas regras sejam respeitadas e principalmente, mecanismos que conciliem a necessidade do cidadão de ter emprego e renda e a necessidade das gerações futuras de ter um meio ambiente equilibrado.

Meio Ambiente e Desenvolvimento, um não pode prescindir do outro.

Distritos Industriais Ecológicos são as soluções.

#### PROJETO DE LEI Nº 664/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

**Art. 1º** - Concede Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Genésio Gabriel Gava, mais conhecido como Tito Gava.

**Art. 2º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.1997.

(a) NEIVO BERALDIN

#### PROJETO DE LEI Nº 665/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

**Art. 1º** - Fica destinado 10% (dez por cento) dos recursos arrecadados ao Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito - FUNRESTRAN, criado pela Lei nº 6264, de 10 de janeiro de 1972, à Secretaria de Estado da Criança e dos Assuntos da Família, para a implementação de programas de assistência ao menor.

**Art. 2º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.1997.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação da presente proposição é de proporcionar a Secretaria de Estado da Criança e dos Assuntos da Família maiores recursos para a implementação de programas de assistência ao menor.

É de conhecimento de todos que um dos maiores problemas que afligem a sociedade brasileira é o das crianças abandonadas, para combatê-lo torna-se necessário que o Poder Público adote medidas para proporcionar recursos à Secretaria de Estado da Criança e dos Assuntos da Família possa, através de programas assistenciais e educativos, minorar esse grave problema.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 666/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

**Art. 1º** - Ficam autorizadas as empresas públicas, se-

cidades de economia mista, autárquicas e fundações públicas da Administração Direta e Indireta do Estado a associarem-se ao Instituto Paraná Desenvolvimento, sociedade civil, sem fins lucrativos, adquirindo cada uma, até o limite de 40 (quarenta) cotas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.1997.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

O Instituto Paraná Desenvolvimento - IPD é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 1996, com sede em Curitiba, que tem como objetivo promover e otimizar as oportunidades de desenvolvimento do Paraná, atuando em todos os setores da economia estadual no estudo e na avaliação de projetos.

O IPD desempenha suas atividades principais nos setores de:

a) Apoio ao desenvolvimento, através da atração de projetos de investimentos, elaboração de diagnósticos e pesquisas, avaliação e viabilidade de projetos, identificação de parceiros, estudos para recuperar ou ampliar a capacidade produtiva;

b) Apoio institucional, através da cooperação com o Governo Estadual na definição de políticas de desenvolvimento e colaboração de governos Municipais e Estadual, além de organizações não Governamentais (ONGs) na avaliação de programas e projetos;

c) Apoio na área financeira, com a identificação de fontes de recursos e de grupos investidores.

Tanto o Governo do Estado, como a iniciativa privada sempre buscaram encontrar uma forma de relacionamento, que da união dos objetivos comuns, fosse vantajosa para o Paraná, através do crescimento econômico, pois sendo a economia paranaense sólida desperta interesse não somente daqueles empresários que aqui têm negócio, mas também de investidores de outras regiões.

Apesar de ser o IPD uma entidade privada, ele atua em estreita consonância com o Governo Estadual na discussão de problemas, na identificação de oportunidades de investimentos, no estímulo às diferentes formas de parceria que possam contribuir para o fortalecimento da economia do nosso Estado e sua inserção no mercado global, em projetos específicos de interesse comum entre os setores públicos e o privado, em iniciativas que tornem o Estado um polo competitivo para atração de novos investimentos geração de empregos.

Dentro do que foi exposto e pela natureza de que se reveste a ação do IPD é necessário a presença formal de empresas estatais ou outros órgãos vinculados ao desenvolvimento do Paraná, tais como COPEL, SANEPAR, BANESEADQ, entre associados do Instituto, integrando seus Conselhos Superior e de Investimentos. A presença de tais entidades tornará mais eficiente e eficaz a ação do IPD, pois consolida uma parceria sem a qual o motivo criador do IPD, que é o de ser o elo de ligação entre o Governo Estadual e o Setor Privado, fica invalidado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao último orador inscrito, Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN - Senhor Presidente, Senhores Deputados presentes, Senhores Deputados ausentes, digo ausentes, porque se não estão aqui, no Plenário, estão nos seus gabinetes. Evidentemente que eles estarão ouvindo o que iremos falar aqui, hoje.

Para começar o meu pronunciamento quero cumprimentar a iniciativa do Presidente da Casa, Deputado Anibal Khury, que criou a data de 24 de novembro como o "Dia do Rio". Esta Lei é justa porque consegue mover a nossa comunidade para a importância que tem os nossos rios, as nossas nascentes. Porque temos que cuidar da água que temos, porque do jeito que estão acontecendo as invasões, as ocupações, especialmente na Região Metropolitana, em breve teremos grandes dificuldades para captar a água potável que temos, que é no Município de Piraquara,

ra, Pinhais, Colombo, São José dos Pinhais, Almirante Tamandaré, Campo Magro, enfim, nessa região que cresce e que cresce de forma desordenada, estamos tendo, na verdade, um certo descuido por parte de alguns municípios, de algumas prefeituras que não estão dando o necessário zelo e a necessária importância para a manutenção dos nossos rios.

Então, Sr. Presidente, queira aceitar os nossos parabéns pela criação do "Dia do Rio". É uma oportunidade em que se destaca a natureza. Por outro lado, quero anunciar aos Senhores Deputados, que estou ingressando, hoje, com um novo Projeto de Lei para estimular o meio ambiente, para estimular e dar a verdadeira importância aos municípios que têm vocação ecológica.

Então, a Lei cria, propõe a implantação de distritos industriais ecológicos. Esses distritos industriais ecológicos seriam criados pelos municípios e receberiam o incentivo do IAP - Instituto Ambiental do Paraná e, naturalmente, estaríamos criando esses distritos industriais ecológicos para gerar empregos mais perto das pessoas que vivem num município que não pode ser industrializado, como é o caso de Piraquara.

Então, a Lei traz como incentivo, muito especialmente a Lei do nosso Presidente Anibal Khury, que é uma Lei que dá a isenção fiscal e dá estímulo necessário, e, mais ainda, os outros impostos que constam na lei para que os municípios formem os seus parques industriais ecológicos. Isso é uma idéia que vem na sequência da Lei do ICMS Ecológico, porque criamos a lei do ICMS Ecológico. A Lei está pagando em torno de três milhões e meio de reais por mês para quem preserva o meio ambiente do Paraná, se eles já estão recebendo, por exemplo: Piraquara recebe 270 mil reais por mês, então, Piraquara tem que criar um Parque Industrial Ecológico porque não tem nenhuma indústria, tem que criar as suas indústrias, indústrias não poluentes, que tenham, ali, a liberação pelo Instituto Ambiental. Ali, após a liberação do Instituto Ambiental, poderá colocar uma empresa, por exemplo: uma fábrica de móveis. Uma empresa que não polua mas que dá empregos, que dá empregos para aquela população. O que não podemos aceitar é que 40 mil pessoas que vivem, estão ainda repetindo Piraquara, vivem no Município de Piraquara, no entanto eles têm que trabalhar na Cidade Industrial. Quer dizer, têm dificuldade no transporte, gastam duas horas por dia de sofrimento dentro de ônibus, não têm qualidade de vida. Eles precisam trabalhar perto da sua casa.

Então, temos que buscar o incentivo para criar as indústrias poluentes sim, porque elas são necessárias também. Mas elas devem ter o seu lugar e temos que ter os nossos Distritos Industriais Ecológicos que não poluam o meio ambiente.

Então, falava da lei do ICMS Ecológico, Piraquara, por exemplo, os Deputados precisam ter o conhecimento que Piraquara recebeu já dos cofres da Prefeitura 18 milhões de reais, recebe nove mil reais por dia. São José dos Pinhais já recebeu nove milhões de reais, recebe cento e trinta mil reais por mês. Campo Magro que é um Município recém criado recebe cento e vinte mil reais de ICMS, o tanto é de ICMS ecológico. Então, temos que ter uma sequência da lei para criarmos emprego mais perto dos trabalhadores e criarmos esses parques industriais ecológicos.

Hoje, mais uma vez, repito, Senhor Presidente, V. Exa. não estava no início, quero cumprimentá-lo mais uma vez, pela criação do "Dia do Rio", motivo pelo qual o Palácio Iguaçu, hoje, lhe prestou uma justa homenagem, motivo pelo qual os ecologistas do Paraná, naturalmente devem orgulhar-se de V. Exa. que promoveu a criação desse "Dia do Rio" e que, naturalmente, faz com que se divulgue cada vez mais a necessidade e a necessidade de preservarmos a nossa natureza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nelson Tureck, com a palavra. (Declina).

Grande Expediente, Professor Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente e

Curitiba, segunda, em 24.11.97

Senhores Deputados.

O que me traz à tribuna é para registrar um fato que acho da maior importância. Pois tenho uma convicção que no regime democrático, os grandes avanços só se fazem com a imprescindível participação do Poder Judiciário. E sabem os Senhores que recorri à Justiça de nosso Estado contra uma medida que achei extremamente incorreta, que felizmente, graças ao Juiz de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública, o Dr. João Domingos Kuster Puppi, reparou, através de uma medida saneadora uma ação muito nefasta contra o contribuinte paranaense.

Sabem os Senhores que o DETRAN do Paraná, desde outubro de 96, por ato do seu diretor geral, tinha uma concorrência pública instaurada para que se pudesse contratar, através de regime de concessão de serviço público a famosa inspeção veicular, ou vistoria eletrônica, como querem alguns.

Esta inspeção veicular seria feita a partir de 98 em todos os veículos do Paraná. Os automóveis teriam que pagar uma taxa de 50 reais, 43 reais para a vistoria eletrônica e 7 reais para verificar a emissão de gases poluentes e ruídos.

Felizmente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Juiz concedeu a liminar que pleiteamos numa ação popular que ingressamos. Tenho que registrar que tive o privilégio de ter como advogada a minha companheira Carla Cristina, e foi uma ação muito bem feita. Gostaria de ler aqui, para registrar a liminar que o Juiz concedeu. (Lê):

"Visto, como relevantes os fundamentos invocados, vez que o serviço público mencionado diz respeito a segurança do trânsito, fator relevantíssimo, conforme se depreende do número de acidentes deste tipo e das vítimas que ocasiona, considerando que, no caso específico, não encontrando abrigo a concessão indicada no art. 2º, da Lei 9.074/95, sendo necessária no caso em tela lei autorizatória e determinativa dos limites, envolvendo ainda a definição de tarifa a ser suportada pelos cidadãos, submetidos à fiscalização de modo impositivo.

Diante disto, defiro liminarmente a medida pretendida, suspendendo o curso do processo licitatório.

Dil. Após cite-se na forma requerida.

Em 20.11.97,

JOÃO DOMINGOS KUSTER PUPPI

Juiz de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública"

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Medida saneadora tomou este magistrado! Porque sabem os Senhores o seguinte: na última sexta-feira o Jornal "O Globo", do Rio de Janeiro tem como manchete: "Marcelo cancela licitações para vistorias do DETRAN". O Governador do Rio de Janeiro, viu que a maracutaia da vistoria era tão grande que percebeu que apenas uma empresa seria a beneficiária do sistema. Isso é na verdade uma reprodução do que está acontecendo aqui no Paraná. Estava lendo a matéria e para minha surpresa, os nomes são os mesmos que estão constando da licitação aqui do Paraná, Senhor Presidente. É a famosa PLANOVA a empresa que estava vencendo a licitação no DETRAN do Rio de Janeiro! Quero citar aqui só uma frase do Governador Marcelo Alencar: "Tenho a impressão que este negócio deve ser um doce de coco".

Cheguei à conclusão de que havia muito cachorro grande se mordendo nesta concorrência - não tenho soro anti-rábico - brincou o Governador Marcelo Alencar.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, estava no sábado navegando pelas ondas da Internet, quando acessei um informativo semanal da Bancada do PT do Rio Grande do Sul. Bancada esta, combativa, Deputado Péricles, porque entre as irregularidades que a Bancada do PT identifica é a privatização do DETRAN, porque isso deve ser como uma fábrica de dinheiro, da inspeção veicular. Porque no Rio Grande do Sul, que tem como referência o Paraná, o Paraná é sempre citado, tanto em São Paulo como no Rio Grande do Sul, como referência do procedimento licitatório que estava sendo realizado.

E quem é que está de novo na licitação do Rio Grande do Sul? A PLANOVA! Quem é que ganhou a licitação no Paraná? A PLANOVA!

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, vi o

Presidente do DETRAN do Paraná, o ex-Profeito Cesar Franco, quando me rebateu aqui pelos jornais as informações que havia dado, reconhecendo que a empresa vencedora ia arrecadar mesmo 98 milhões de reais.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, acho que não resta ao Governador Jaime Lerner, como já fez, aliás, num outro episódio, tomar providências saneadoras. Além, é claro, da determinação judicial de suspender esse procedimento licitatório que, obviamente, o Governo tem que cumprir. Há uma outra questão que acho fundamental, ou seja, essa vistoria dos veículos, que deve ser feita, Senhor Presidente. Ela consta, inclusive, do novo código de trânsito brasileiro que começa vigorar no mês de janeiro.

Para os Senhores terem uma idéia de como é que pensa o Governo Federal dessa matéria, no Artigo 104, que trata justamente da inspeção veicular, Presidente da República sancionou esse Artigo, vetando todos os parágrafos que estavam compondo o Artigo, e deu as razões do veto.

Ouçam, Senhores, as razões do veto do Presidente da República: "Os parágrafos 1º e 3º desse Artigo, atribuem a exclusividade de inspeção às entidades que forem credenciadas pelos órgãos executivos de trânsito, deixando de contemplar a atuação de profissionais em estabelecimentos, cuja capacidade técnica na área seja igualmente reconhecida. A manutenção dos parágrafos poderá consolidar uma indesejada reserva de mercado. É inegável, outrossim, que por se tratar de questão eminentemente administrativa, a matéria deverá ser regulamentada pelo CONTRAN."

Estas são as razões do veto do Presidente da República, vetando concessão de serviço público para inspeção veicular. Como é que se pretendia fazer na Lei que havia sido aprovada no Congresso Nacional.

O Sr. Horácio Rodrigues - Deputado, acredito que V. Exa., que estudou profundamente a matéria tem suas razões. E acho mesmo que devemos exigir mais informações do então diretor do DETRAN que deu ensejo a toda essa problemática. Vossa Excelência pode estar certo que este Deputado, que o PL vai estar atento a tudo que ocorrer nesse setor.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Romanelli, quero em meu nome pessoal e tenho certeza em nome dos integrantes da nossa Bancada do PMDB, cumprimentar V. Exa. e extensivamente cumprimentar também a Dra. Carla por esse trabalho de assessoria que me prestou nessa questão da licitação veicular que está sendo promovida pelo DETRAN do Paraná.

E dizer que fica mais uma vez evidenciado, que nós, do PMDB, mais os companheiros do Partido dos Trabalhadores, mais o companheiro do Partido da Solidariedade Nacional e outros companheiros de outros partidos, como é o caso do Deputado Horácio Rodrigues do PL, Temos sim, razão, em muitas vezes apresentar a esta Casa, pedidos de informação, de fazermos tentativas de instalarmos Comissão Parlamentar de Inquérito para que alguns assuntos sobre os quais estão a pairar dúvidas possam ser definitivamente esclarecidos.

Veja V. Exa., que foi necessário recorrer às barras dos Tribunais, para que através de uma liminar pudesse V. Exa. e todos nós, paranaenses, ver suspensa essa licitação que certamente vem eivada, vem coberta de suspeitas, porque não só no Paraná, mas também no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e tenho certeza que em Minas Gerais, pelo contato que já fizemos com o Deputado Anderson Adalton, nesses Estados está dando problemas.

E foi também assim que se comportou a nossa Bancada e esses outros companheiros, quando tivemos aqui, o episódio do Canal Extravisor, que até hoje, para mim, é acreditado para uma grande parcela da sociedade paranaense, não está devidamente esclarecido o fato de que algumas empresas com nomes diferentes apresentavam as suas propostas na licitação, usando para digitalizar a proposta a mesma máquina, cometendo no mesmo lugar, os mesmos erros de português e de aritmética.

Quer dizer, numa prova evidente que aquilo apenas mudou o nome da empresa, porque o corpo do processo foi montado por uma única pessoa que cometeu em diferentes processos o mesmo erro de gramática e de aritmética.

Também não ficou até hoje devidamente esclarecido, embora tenha sido suspensa pelo Governador a contratação para as obras da subestação da COPEL junto a Renault. Como não ficaram esclarecidos ainda todo aquele episódio envolvendo as irregularidades da BANESTADO Leasing. E, diga-se de passagem, Deputado Romanelli, temos que cumprimentar os atuais dirigentes da BANESTADO Leasing pela postura que tiveram de demitir algumas pessoas. Mas, tenho certeza, que ainda não demitiram todos.

E é lamentável que até hoje, aquilo que foi prometido na Sessão Secreta pelos dirigentes do BANESTADO, não foi cumprido, que era dar conhecimento a esta Casa do inteiro teor da auditoria que fez o BANESTADO. E agora surge a questão da licitação da inspeção veicular.

Quero cumprimentar V. Exa. e todos aqueles que sistematicamente têm comparecido a esta tribuna, seja para apresentar o requerimento, seja para fazer um discurso, seja para defender uma proposta de CPI, em busca da transparência, em busca da verdade, que, neste caso, está cheirando mais uma vez que tem maracutaia por trás de tudo isso.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Muito obrigado Deputado Orlando Pessuti.

Ouviria na verdade chamar a atenção dos Srs. Parlamentares para duas questões ainda que envolve o DETRAN.

Primeiro acho que essa questão de inspeção veicular, é claro, não está esgotada. Creio eu que o Governo tem que se posicionar em relação a isso. E há duas questões de maior importância: a primeira - 11 outro dia no Jornal "Gazeta do Povo", uma matéria com declarações de um Diretor da CELEPAR, e outra do Coordenador Jurídico do DETRAN falando da instalação de postos de controle dos veículos nas estradas do Paraná.

Senhor Presidente, fui ver o que era isso. Na verdade é o seguinte: o DETRAN já abriu uma concorrência pública, já fez a primeira audiência para implantar a 1-Km antes dos postos da Polícia Rodoviária um sistema, como funciona na Fórmula 1, ou seja, os automóveis teriam um selinho com código de barra e esse portal faria a leitura do código de barra quando o automóvel passasse e, em tempo real apareceria na tela do policial as informações daquele automóvel. Primeiro, é claro, uma flagrante ilegalidade, porque o direito de ir e vir estaria altamente questionado. Mas, não é isso que está em jogo. O que está em jogo é um sistema, pasmem os Senhores, no momento em que a questão da saúde pública é precária, que os distritos policiais da Capital estão abarrotados de presos, e vou ser franco com os Senhores, essa questão da segurança pública aqui em Curitiba se transformou não num caso de polícia, mas uma calamidade pública. Enquanto tudo isso, o DETRAN quer fazer um sistema de leitura ótica, como na Fórmula 1, fazendo as tais rodovias inteligentes. Sabem por quanto? Setenta e cinco milhões de reais! Dinheiro sacado dos contribuintes que pagam as multas. Isso é uma "maluquice", pois não há outro termo.

Li o Jornalista Walmor Macarini, na "Folha de Londrina" fazer um artigo no sábado muito interessante sobre o policial de trânsito no Paraná. Não há nenhum policial; ele não é educado para descomplicar a situação, muito pelo contrário, ele é o complicador nas relações do trânsito diariamente. E, vejo que o DETRAN do Paraná quer gastar setenta e cinco milhões para fazer um sistema de controle desse tipo nos veículos.

Tenho certeza absoluta que o Governador Jaime Lerner não tem conhecimento disso. Não é possível. Porque, por mais divergências que tenha do ponto de vista ideológico com o Governador, tenho certeza que ele não pode estar compactuando com um projeto que quer gastar

setenta e cinco milhões em uma "bobagem" como essa. O Governo deve ter outras prioridades e muito mais graves do que fazer postos de controle nas estradas a esse preço de setenta e cinco milhões de reais.

E, por último, Senhor Presidente, vou voltar com mais informações, mas não sei se não fazemos uma CPI no DETRAN. Estou recebendo informações sobre esse procedimento que o DETRAN está adotando, em relação a convênios que faz com os municípios para que se execute o projeto de sinalização viária da cidade. Tenho verificado que existe uma empresa chamada TRANSITAR, de Santa Catarina, que ganha todas as licitações. E, segundo as informações do Prefeito, só nomeia a comissão. O resto é feito tudo aqui no DETRAN. O preenchimento das cartas convites; o cumprimento das formalidades. Estou denunciando este fato, tenho condições de provar vários casos aonde ocorreu este fato, com esta empresa TRANSITAR e de municípios que estão sendo extremamente lesados. Conheço, por exemplo, um convênio no valor de 150 mil reais e as autoridades do município me disseram o seguinte: "Olha, Romanelli, no máximo pode custar de 20 a 30 mil reais, o serviço de sinalização que foi executado".

Então, acho que o DETRAN, de fato, está merecendo uma profunda e intensa investigação por parte desta Casa. Acho, inclusive, que o Diretor do DETRAN, o ex-Prefeito Cesar Franco, que ficou de vir aqui na semana passada e acabou não vindo, não sei se por desconsiderar este Parlamentar, ou por desconsiderar a Assembleia Legislativa, mas, infelizmente, quando não há uma convocação de uma autoridade para que ela venha aqui explicar as questões que levam ao seu questionamento, a gente de fato acaba se sujeitando a este tipo de coisa. Mas, felizmente, o nosso eminente Juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública, atendeu o cidadão e, fundamentalmente, um Deputado Estadual e conseguiu na verdade reestabelecer a moralidade do serviço de inspeção veicular no Estado do Paraná.

Por isso, fico muito satisfeito de poder vir fazer à Casa, este comunicado e agradecer especialmente aos Srs. Parlamentares e a todos que confiam no bom exercício do mandato e, sobretudo, agradecer ao Poder Judiciário pela correção que tinha certeza, absoluta, que iria ter no momento que fosse julgar uma ação que é absolutamente procedente e que fica garantido o direito do contribuinte paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Lideranças do PL, PSDB, PT, PTB, PPB, PMDB, PDT, PFL, Liderança do Governo. (Todas declinaram).  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA:

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Está encerrada a hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, projetos de lei em nº 03 (três) de autoria do Senhor Deputado Neivo Berakdin, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados, à Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 2 (dois) de autoria do Senhor Deputado Aníbal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados, à Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 414/97, de autoria do Tribunal de Justiça, que fixa as tabelas dos atos judiciais no Estado do Paraná, na forma de Lei nº 6.149 de 09



O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vinte e quatro Senhores Deputados responderam a chamada. Não há quórum para votação, somente para prosseguimento da Sessão.

**ITEM 02**  
**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 642/97, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera o código de organização e divisão judiciária do Estado do Paraná. Em Regime de Urgência. (Publ. no D.A. nº 202, de 19.11.1997, 1ª Disc.)

**ITEM 02**  
**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 642/97, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera o código de organização e divisão judiciária do Estado do Paraná. Em Regime de Urgência. (Publ. no D.A. nº 202, de 19.11.1997, 1ª Disc.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta mesa defere e solicita ao 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

remunerados pelos cofres públicos constantes neste Projeto de Lei

[illegible]

Assaí	2
Colorado	2
Cors Vizinhas	2
Nova Esperança	2
Palotina	4
Paranaguá	3
Pinhais	2
Porecatu	2
Santo Antônio da Platina	2
São José dos Pinhais	2
Tecoré	

Cantagalo	1	1	2	1
Cerro Azul				1
Fazenda Rio Grande	1	1	2	1
Guaratuba				1
Itetama	1	1	2	1
Mãe de Ribas	1	1	2	1
Matinhos				1
Nova Londrina				1
Quedas do Iguaçu				1
Santa Izabel do Ivaí				1
Terra Rica				

[illegible]

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Só para registrar que dos 8 Deputados do PMDB, seis estão no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O PMDB é uma bancada responsável, assídua.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 052/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Educacional das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná - AEAPAR, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Encerrada a Discussão. (Publ. no DA nº 21, de 06.03.1997)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 052/97

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Educacional das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná - AEAPAR.

A referida matéria esteve nesta Comissão de Constituição e Justiça aguardando completar 1 ano de personalidade jurídica.

Preenchido tal requisito, somos de Parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 11.11.1997.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 551/97, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Rural de Maringá, com sede e foro na cidade de Maringá, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Encerrada a Discussão. (Publ. no D.A. nº 171, de 14.10.1997)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 551/97

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Joel Coimbra, visa declarar de Utilidade Pública a Sociedade Rural de Maringá, com sede e foro na Cidade de Maringá.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 04.11.1997.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 575/97, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que declara de Utilidade Pública a Central de Movimentos Populares, com sede e foro no município de Curitiba, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Encerrada a discussão. (Publ. no DA nº 178, de 21.10.97)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 575/97

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Central de Movimentos Populares, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 04.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 589/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 073/97, que dispõe sobre aprovação de um ajuste no Programa de Obras no valor de R\$ 1.700.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publ. no DA nº 183, de 28.10.97, Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 589/97

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo; dispõe sobre aprovação de um ajuste no Programa de Obras no valor de R\$ 1.700.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 18.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
VALDIR ROSSONI - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 589/97

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 073/97, dispõe sobre aprovação de um ajuste no Programa de Obras no valor de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da dourta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, observa que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da própria Secretaria.

Sendo assim, só nos resta emitir nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.11.97.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente  
EDNO GUIMARÃES - Relator.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 590/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 074/97, que dispõe sobre aprovação de um ajuste Orçamentário no valor de R\$ 100.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publ. no DA nº 183, de 28.10.97, Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 590/97

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo; dispõe sobre aprovação de um ajuste orçamentário no valor de R\$ 100.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 18.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator.



Curitiba, segunda, em 24.11.97

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 590/97

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 074/97, dispõe sobre aprovação de um ajustamento orçamentário no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, observa que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da própria Secretaria.

Sendo assim, só nos resta emitir nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.11.97.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 606/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 094/97, que aprova Abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 660.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., E.C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publ no DA nº 183, de 28.10.97, Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 606/97

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 18.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

PLAÚTO MIRÓ GUIMARAES - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 606/97

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 094/97, aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, observa que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da própria Secretaria.

Sendo assim, só nos resta emitir nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.11.97.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente

EDNO GUIMARAES - Relator.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 607/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 095/97, que aprova Ajuste no Programa de Obras, no valor de R\$ 470.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publ no DA nº 183, de 28.10.97, Mens.).

28.10.97, Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 607/97

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, aprova ajuste no Programa de Obras, no valor de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 18.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CEZAR SELEME - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 607/97

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 095/97, aprova ajuste no Programa de Obras, no valor de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, observa que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da própria Secretaria.

Sendo assim, só nos resta emitir nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.11.97.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente

ALBANOR GOMES - Relator.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 611/97, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública o Combate Barreirinha Futebol Clube, com sede e foro no Município de Curitiba - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Encerrada a discussão. (Publ no D.A. nº 183, de 28.10.97)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 611/97

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Combate Barreirinha Futebol Clube, com sede e foro no município de Curitiba - Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala as Comissões, em 04.11.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 612/97, de autoria do Deputado Dullio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres PIO XII da Escola Estadual Zuleide Samways - Portes Ensino de 1º Grau, com sede e foro na cidade de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Encerrada a discussão. (Publ no DA nº 183, de 28.10.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 612/97

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado

ORDEN DO DIA:

Duffio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres Pio XII da Escola Estadual Zuleide Samways - Portes Ensino de 1º Grau, com sede e foro na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala as Comissões, em 04.11.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 618/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita de Promoção Social - SEPS, com sede e foro na cidade de Londrina, Estado do Paraná, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 184, de 29.10.97)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 618/97

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Espírita de Promoção Social - SEPS, com sede e foro na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala as Comissões, em 04.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Sobre a mesa, requerimento nº 2870, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2873, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Retirado pelo autor.

Requerimento nº 2874 e 2875, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 25, à hora regimental com a seguinte

EM VOTAÇÃO  
REDAÇÃO FINAL - do Projeto e L.º nº 642/97.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 414/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 052, 551, 575, 589, 590, 606, 607, 611, 612 e 618/97.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 357/97.

E convida os Senhores Deputados para o Lançamento do Livro "O Estado sem Poder" de autoria do Doutor João Fêder, a realizar-se às 17:30 horas, no dia 25, no Salão Nobre do Palácio Dezenove de Dezembro.

Levanta-se a sessão.

Ato da Comissão Executiva:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 381/97

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

conceder aposentadoria, a pedido a ÁLVARO SÉRGIO MARAVALHAS, matrícula nº 0030, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A"-NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, nos termos do artigo 35, inciso III, letra "a", da Constituição Estadual, combinado com o artigo 140, incisos I e III, da Lei nº 6.174/70, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de gratificação inerente à simbologia 1-F; cinco (05) triênios, de acordo com o artigo 4º e parágrafo 1º, da Resolução nº 02/64 e Proposição nº 66/83; cinco (05) quinquênios, de acordo com o artigo 170 e seu parágrafo único da Lei nº 6.174/70, calculados em conformidade com a Resolução nº 7894/91, do Tribunal de Contas do Estado; cinco (05) adicionais conforme o artigo 171 e parágrafo 1º da Lei nº 6.174/70 e artigo 37, inciso XIV, da Constituição Federal; e; cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o artigo 1º, da Lei nº 6.794/76, com nova redação dada pelo artigo 6º, da Lei Complementar nº 21/84 e conforme o que dispõe o Decreto Legislativo nº 229/85.

(Prot. nº 8600/97)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24.11.97.

(aa) ANÍBAL KHURY - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - 1º Secretário

NELSON GARCIA - 2º Secretário